Comunidade Chã de Jardim

Gestão socioambiental como promotora do desenvolvimento sustentável com foco na economia solidária

Chã de Jardim Community: environmental management as a promoter of sustainable development with a solidarity economy focus

Comunidad Chã de Jardim: la gestión social y ambiental como promotor del desarrollo sostenible con un enfoque en la economía social

Resumo: Transformar problemas sociais e ambientais em oportunidade de negócios é a solução inovadora para muitos setores da economia. No Brasil, a economia popular e a solidária se caracterizam, principalmente, pelo engajamento de pessoas que buscam melhorar a condição de vida de uma comunidade, a partir de valores como solidariedade e cidadania. Assim, o objetivo deste estudo é mostrar como ações com foco na economia solidária produziram, a partir da gestão socioambiental, o desenvolvimento sustentável da Comunidade Chã de Jardim – Município de Areia – Paraíba/PB – bem como de seu entorno. Adotou-se, como metodologia, a abordagem qualitativa, e o método de procedimento foi o estudo de caso. A coleta de dados foi realizada em documentos físicos, eletrônicos, complementados com entrevista semiestruturada. Os resultados mostram que, com gestão socioambiental, as ações desenvolvidas pela Adesco atuam de maneira inovadora, geram renda e proporcionam o desenvolvimento sustentável da Comunidade Chã de Jardim e todo o município.

Palavras-chave: Terceiro setor, economia solidária, negócios, gestão socioambiental, desenvolvimento sustentável.

Andrea Costa van Herk Vasconcelos - andreaherk@fagen.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios, Uberlândia, MG, Brasil.

Vivian Duarte Couto Fernandes - vivian@fagen.ufu.br

Universidade Federal de Uberlândia, Faculdade de Gestão e Negócios, Uberlândia, MG, Brasil.

Artigo submetido no dia 13-03-2015 e aprovado em 02-09-2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v20n67.47625>

Abstract

Transforming social and environmental problems into business opportunities is the innovative solution for many sectors of the economy. In Brazil, popular and solidarity economies are characterized mainly by the engagement of people who seek to improve the living conditions of a community, based on values such as solidarity and citizenship. Therefore, the aim of this paper is to discuss how environmental management actions that focused on the solidarity economy led to the sustainable development of the Chã de Jardim Community in Areia and the surrounding area in Paraíba State, Brazil. The research used a qualitative approach methodology and the procedure method chosen was the case study. Data was collected from both physical and electronic documents and this work was complemented by way of semi-structured interviews. The results show that, with environmental management, the actions developed by ADESCO work innovatively, generate income and provide for the sustainable development of the Chã de Jardim Community and the town.

Keywords: Third Sector, Solidarity Economy, Business, Environmental Management, Sustainable Development.

Resumen

Convertir problemas sociales y ambientales en oportunidad de negocio es la solución innovadora para muchos sectores de la economía. En Brasil, economía popular y solidaria se caracterizan, principalmente, por el compromiso de las personas que buscan mejorar las condiciones de vida de una comunidad basada en valores como la solidaridad y la ciudadanía. El objetivo de este trabajo es mostrar cómo acciones con enfoque en la economía solidaria pueden producir, desde la gestión socioambiental, el desarrollo sostenible de la Comunidad Chã de Jardim – Ciudad Areia – Paraíba/PB – así como sus alrededores. Se adoptó como metodología, un abordaje cualitativo y el método de procedimiento fue el estudio de caso. La colecta de datos fue realizada en documentos físicos y electrónicos, complementados con entrevista dirigidas. Los resultados muestran que, con gestión socioambiental, las acciones desarrolladas por ADESCO de manera innovadora, generaron el desarrollo sostenible de la Comunidad Chã de Jardim y todo el municipio.

Palabras clave: Tercer Sector, Economía Solidaria, Negocios, Gestión Socioambiental, Desarrollo Sostenible.

1 INTRODUÇÃO

Acredita-se que o incentivo ao consumo, gerado pela concentração populacional, a industrialização e o fenômeno da globalização trouxeram problemas sociais e ambientais, antes não vistos pela civilização (Silva, Correa, Costa, Albuquerque & Almeida, 2011). Nesse contexto, a busca pelo desenvolvimento, por meio de ações mais bem planejadas e engajadas, focando num objetivo comum a toda organização, é o que almejam instituições do primeiro, segundo e terceiro setores da economia; ainda que estes últimos busquem melhorias por um escopo diferente das empresas que focam no lucro financeiro.

A partir daí, uma nova ligação envolvendo

teoria e prática torna-se necessária. Relações harmoniosas entre os seres humanos e deles com o meio ambiente são importantes a fim de atenuar a degradação do meio ambiente, bem como novos padrões de comportamento precisam ser postos em ação. As Organizações Não Governamentais (ONGs), formadas pela sociedade civil e que projetam suas ações nas esferas pública e privada, têm se mostrado efetivas no direcionamento de problemas socioambientais enfrentados pela modernidade mundial.

Nascimento (2007) deixa claro que, a partir de uma gestão eco eficiente, em que os conceitos social e ambiental caminham em conjunto, os benefícios são maiores do que simplesmente gerir a soma das partes. Para o autor, os lados ambiental e social da ges-

tão, apesar de apresentarem conceitos similares, são complementares. No Brasil, a economia popular e a solidária se caracterizam, principalmente, pelo engajamento de pessoas que buscam melhorar a condição de vida e proporcionar o desenvolvimento sustentável de uma instituição ou de um bairro, por exemplo.

Por esse motivo, este artigo tem por objetivo mostrar como ações com foco na economia solidária podem produzir, a partir da gestão socioambiental, o desenvolvimento sustentável da Comunidade Chã de Jardim – Município de Areia – Paraíba/PB – bem como de seu entorno, locais onde atua a Adesco – Associação para o desenvolvimento da Comunidade Chã de Jardim.

Elkington (2001) acredita que o conceito de sustentabilidade deve abranger três vertentes igualmente importantes: social, econômica e ambiental. Dizer, então, que uma organização trabalha orientada por princípios de sustentabilidade significa que ela busca o avanço econômico, com ambiente preservado e equilíbrio social.

No contexto da economia solidária, Coraggio (2004) complementa que é preciso satisfazer as necessidades primárias da população, não tendo o lucro como proposta inicial ou final da instituição. É fundamental envolver outras formas de desenvolver o público beneficiado pela economia solidária.

Na economia voltada para o capital, os fatores de contribuição são capital e trabalho. Na economia solidária, Razeto (2001) engloba o terceiro fator de contribuição, constituído pelos seguintes elementos: cooperação, coletividade, colaboração e coordenação,

intrínsecos às organizações do Terceiro Setor, pois as instituições não visam ao lucro, tão pouco a interesses particulares, mas priorizam ações voltadas para a sociedade e comunidade em geral (Coelho & Godoy, 2011; Campos, 2010; Coelho, 2002; Domènech, 1998).

Neste trabalho, não se pretende explorar a fundo os temas Terceiro Setor, Economia Solidária e Sustentabilidade Socioambiental, mas apresentar uma relação entre eles, de modo que outras organizações sem fins lucrativos utilizem o estudo com o intuito de se beneficiar e garantir o desenvolvimento sustentável de seu público.

O artigo está estruturado em seis seções além da introdução, sendo que na próxima há um apanhado geral sobre o Terceiro Setor, caracterização de ONGs e sua relação com o conceito de economia solidária. Economia solidária como sustentabilidade socioambiental, propriamente dita, é abordada na terceira seção. Na quarta, o enfoque se dá nos conceitos de responsabilidade socioambiental, com destaque para a evolução da gestão ambiental no Brasil. Os procedimentos metodológicos serão colocados na quinta seção. Para finalizar, são apresentados os resultados e as discussões seguidos das considerações finais.

2 Terceiro Setor, ONGs e economia solidária

Para melhor entendimento do foco deste estudo que trata de economia solidária para a sustentabilidade socioambiental, é importante destacar a denominação de Terceiro Setor. Vários estudos (Correa & Pimenta, 2006; França Filho, 2001; Teixeira, 2004;

Fischer & Falconer, 1998; Salamon, 1998) apontam que o Terceiro Setor atua em espaços deixados entre o Estado e o Mercado. Outra linha de pesquisadores (Alves, 2002; Fernandes, 1994) retratam que o conceito se deriva da economia geral, porém com características próprias. De qualquer forma, as duas linhas de pensamento consideram os empreendimentos, que têm características públicas e privadas, como Terceiro Setor.

Assim, a partir de organizações da sociedade civil e sob a perspectiva histórica, a conceituação do Terceiro Setor no Brasil, a partir de Fernandes (1994), ofereceu contribuições relevantes, pois derivou o conceito para a realidade latino-americana, alertando para um vasto campo de iniciativas em que o Terceiro Setor poderia infiltrar-se, partindo dos problemas vivenciados pela população de outros países. Para o autor, os estudos brasileiros sobre o Terceiro Setor tiveram ênfase a partir de quatro áreas em que a sociedade civil se congrega: (1) ajuda mútua; (2) movimentos sociais e associações civis; (3) ONGs; (4) filantropia empresarial.

Em outras palavras, o Terceiro Setor vem atuando em diversas frentes, seja pelas ONGs, seja por outras organizações sem fins lucrativos, organizadas a partir da sociedade civil e voltadas para práticas de cidadania e desenvolvimento social (Rodrigues, 1997). Com relação especificamente às ONGs, o termo ganhou relevância no período pós-Segunda Guerra Mundial. Essas organizações, habilitadas pelos membros da Organização das Nações Unidas (ONU), tinham a finalidade de oferecer ajuda internacional a países destruídos pela guerra e pelos países do Terceiro Mundo (Calegare,

2005). Essas organizações ganharam destaque com a exigência de mais profissionalização a partir de fontes financiadoras externas (Silva, 2010).

Esse contexto levou as organizações do Terceiro Setor a buscar e/ou gerar, para si, alternativas para arrecadação de recursos, lançando-se, assim, em atividades com fins de geração de produção e renda. Nesse sentido, a abertura político-social, estimulada a partir de um processo de democratização pela queda do Regime Militar, no Brasil, resultou no crescimento e desenvolvimento de organizações emanadas da sociedade civil, sob o cunho do interesse coletivo (Calegare, 2005).

Por esse motivo, o Terceiro Setor busca se articular para representar tanto sua capacidade quanto a diversidade e satisfazer suas demandas fundamentais, como, por exemplo, encontrar soluções no campo político e econômico (Van Til, 2009). Todavia, as organizações atuantes no Terceiro Setor carecem de desenvolvimento em termos de gestão e, para tal, há que se considerar três pontos: (1) processos conduzidos por meio do diálogo e deliberação democrática; (2) atividades direcionadas para construir e reconstruir espaços comuns; (3) construção de políticas de relacionamento interno e entre organizações. Assim e de forma elucidativa, Campos (2010) reflete que, até pouco tempo, valores como democracia, interesse social e solidariedade, referências que contradiziam a lógica dominante do mercado, deram lugar a uma dimensão sociopolítica, vinculada a uma verdadeira transformação social. Nessa nova dimensão, as organizações que compõem o Terceiro Setor, na configuração da economia solidária, expressam uma visão normativa

da sociedade e representam um instrumento de sua própria transformação.

Assim sendo, o conceito de economia solidária vem tenuamente relacionado às questões sociais e mazelas deixadas pela consolidação do capitalismo, deflagrando novas formas de relações sociais caracterizadas pela grande quantidade de trabalhadores excluídos e explorados pelos meios de produção (Coelho & Godoy, 2011). Nessa lógica, a reação se estrutura com a organização coletiva do trabalho, estruturação e caracterização da economia solidária.

Oliveira (2008) complementa afirmando que organizações de economia solidária necessitam que seus membros tenham participação ativa e responsável na comunidade, foco de trabalho e atuação. O gestor deve ser capaz de se articular política e economicamente, a fim de garantir produção e renda, provendo o desenvolvimento local.

Coelho e Godoy (2011) ainda ressaltam que a economia solidária no âmbito das organizações do Terceiro Setor seria coletiva e transformadora citando a corrente de Singer, por um lado, pois extrapola uma dimensão puramente econômica, o que, na contramão do capitalismo, assume dimensão socialista. Por outro lado, os autores utilizam os estudos de Laville para caracterizar a economia solidária num viés distinto tanto do mercado capitalista quanto do Estado, favorecendo laços sociais e fatores humanos, estruturando-se por meio das formas comunitárias na busca de solucionar problemas locais específicos.

Buscando melhor compreensão, Andion (2005) sugere a divisão do Terceiro Setor em

três categorias de organização: (1) de economia social, voltada à produção, geração de emprego e renda, como, por exemplo, as cooperativas de trabalho; (2) financiadora, cujo objetivo é arrecadar e distribuir recursos, como é o caso das fundações de empresas; (3) de economia solidária, criada a partir da movimentação de grupos de indivíduos, sem finalidade lucrativa, para promover ações de cunho social, como as instituições filantrópicas.

No contexto internacional, Van Til (2009) apresenta a perspectiva europeia para o campo, que explora não só a questão da proibição da distribuição de lucro entre os membros, mas também considera formas organizacionais que estariam incluídas como integrantes do Terceiro Setor e representadas por cooperativas, sindicatos e outras organizações que geram trabalho e renda, as quais seriam representadas pelo conceito da economia solidária.

Portanto, quando se fala em desenvolvimento de uma organização, Nascimento (2007) observa que convém unir as variáveis social e ambiental, mostrando que, mesmo que os conceitos sejam similares, uma gestão socioambiental, de forma estratégica, representa um novo caminho, uma nova ideologia. Oliveira (2009) corrobora com essa perspectiva e afirma que, apesar das múltiplas variáveis em torno dos conceitos de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, a interatividade entre elas é essencial para que as definições, em discurso, sejam praticadas com a finalidade de avanço em direção ao equilíbrio das dimensões econômica, ambiental e social e que sua interseção seja percebida.

Nota-se que a busca pela sustentabilidade socioambiental em uma organização não governamental envolve não apenas as variáveis econômica, social e ambiental, mas também a participação ativa das pessoas envolvidas, direta ou indiretamente, para que seja possível a transformação da realidade do público beneficiado.

3 Relação entre economia solidária e sustentabilidade socioambiental

As organizações de economia solidária podem ser caracterizadas como (re)estruturação, ou ainda, (re)atualização da economia social (França Filho, 2001). Estudando as raízes históricas da economia solidária, Oliveira (2008) faz uma reflexão acerca do que ele chamou de uma nova realidade, criada a partir de crises no sistema capitalista, quando os problemas evidenciavam necessidades no campo dos movimentos sociais, e, para supri-las, nem o mercado, nem o Estado podiam responder de modo satisfatório, expondo assim uma lacuna de trabalho.

O destaque se refere, basicamente, à interface entre as organizações de economia solidária, o Estado e a iniciativa privada, no sentido de ampliar e incentivar políticas públicas, propondo ações mais abrangentes e eficazes em benefício de toda a sociedade (França Filho, 2001, 2013).

Mais especificamente, o conceito de economia solidária é tratado por vários autores, como Razeto (2001), França Filho (2001), Singer (2002), Andion (2005) e Oliveira (2008), apoiando-se na ideia de solidariedade, como forma de atenuar o processo de exclusão social. No entanto, estudos

apontam algumas linhas de pensamentos diferentes com relação a essa temática e sua importância.

Por um lado, autores (Monje-Reye, 2011; França Filho, 2013) apresentam a economia solidária vinculada a formas de desenvolvimento local por meio de união entre a sociedade civil, o mercado e o governo, pela proximidade entre as autoridades públicas e a população. “Políticas públicas voltadas para a interação estado-sociedade em áreas onde os atores estão mais próximos, são mais propensas a adaptar-se às necessidades identificadas” (Monje-Reye, 2011, p. 718, tradução nossa).

Por outro lado, Razeto (2001) caracteriza a economia solidária como uma forma alternativa de desenvolver processos econômicos, ou seja, produzir, distribuir e consumir bens ou serviços. A abordagem solidária se reveste de relações pessoais e sociais, de forma a contribuir para o bem comum. Como forma alternativa de economia, sua finalidade é, de forma organizada, minimizar desigualdades sociais, ambientais e econômicas, causadas pelo mundo capitalista (Oliveira, 2008). Assim sendo, as desigualdades sociais, econômicas e ambientais podem ser tratadas com base em projetos de economia solidária.

Singer (2000) posiciona o termo economia solidária como um modelo de “autogestão” que, ao contrário da “heterogestão”, tem o intuito de transformar as organizações em centros produtivos, “democráticos e igualitários”. Assim sendo, organizações de economia solidária são compostas por um conjunto de indivíduos que dividem as responsabilidades da organização e veem, nas ações provenientes da sociedade, a transformação de

uma realidade social.

As organizações de economia solidária, surgidas a partir da mobilização da sociedade e que praticam ações de cunho social, podem englobar setores diversos, tais como organizações ligadas a “saúde, educação, transporte, lazer, desenvolvimento urbano, proteção do meio ambiente, serviços domésticos, alimentação, defesa de direitos” (Andion, 2005, p. 4). Todavia, apesar de diferentes em natureza, todas apresentam o mesmo propósito: praticar o interesse conjunto.

A autora apresenta algumas características comuns às organizações de economia solidária: (1) com base em ações voluntárias, são ligadas a uma problemática já existente e que extrapola a produção de bens e serviços; (2) têm atuação lastreada na capacidade de seus membros em transformar uma realidade social, e suas ações podem construir “comunidades políticas locais”; (3) participação de diversos atores (funcionários ou gestores dessas organizações e voluntários) no processo de produção de oferta e demanda das ações sociais; (4) apresentam recursos oriundos de diferentes formas, entre eles, recursos mercantis e não mercantis, doações e financiamentos servem para dar sustentabilidade à organização.

Como forma de esclarecimento, França Filho (2001) diz que o Terceiro Setor como um todo se orienta para prover “necessidades sociais,” enquanto as organizações de economia solidária têm o foco na solidariedade, “cooperação econômica,” ou seja, sua atuação prevê formas de usar a “solidariedade na economia,” gerando emprego e renda, tendo como foco o desenvolvimento susten-

tável de seus beneficiários.

Nesse sentido, a economia solidária poderia ser entendida como não monetária e pluralista (França Filho, 2001). Não monetária pelo fato de a economia solidária basear-se na tríade dar, receber e devolver, ou seja, as trocas transitam em sentido horizontal e sua finalidade é desenvolver relações sociais. Pluralista, pois a economia solidária permite várias formas de atuação econômica, porém todas fundamentadas na solidariedade e transformação social.

Em seu livro *Canibais com garfo e faca*, John Elkington simplificou e propôs o conceito baseado no tripé *triple-bottom-line*, em que a sustentabilidade seja guiada por três dimensões – social, econômica e ambiental –, haja vista que as organizações, estejam elas na esfera pública, privada ou do Terceiro Setor, procuram uma imagem ambiental e socialmente corretas, além é claro, de financeiramente rentáveis. No entanto, Elkington (2001) afirma que, para que o conceito seja colocado efetivamente na prática, é preciso que haja equilíbrio entre as três dimensões. Nascimento (2007) ratifica a visão de união entre as variáveis social e ambiental, mostrando que mesmo que os conceitos sejam similares, a gestão socioambiental, de forma estratégica, representa uma nova ideologia para as organizações. O autor defende que, mesmo a problemática ambiental sendo diferente da social, os impactos por elas causados estão intimamente ligados, por isso é preciso que as empresas atuem de forma sistêmica para que os efeitos positivos de suas ações sejam sentidos interna e externamente.

Similarmente, autores que contextualizam

organizações de economia solidária, cujo foco está na cooperação mútua (Oliveira, 2008; Andion, 2005; Razeto, 2001), ressaltam as relações pessoais e sociais, com a finalidade de contribuir para o bem comum e a transformação de uma realidade crítica na busca da sustentabilidade socioambiental.

4 Gestão socioambiental para o desenvolvimento sustentável

As transformações no cenário mundial, nas áreas econômicas, sociais e ambientais, indicam a necessidade de uma nova forma de desenvolvimento em que as questões coletivas sejam priorizadas em detrimento dos aspectos individualistas e egoístas, muitas vezes visualizados na sociedade contemporânea (Silva, Correa, Costa, Albuquerque & Almeida, 2011). O desenvolvimento sustentável surge, nesse contexto, como nova alternativa para obter harmonização entre as dimensões social, econômica e ambiental. Segundo Sachs (2004), esse novo paradigma implica, necessariamente, mudanças nos sistemas de produção vigentes e na organização da sociedade humana e nova forma de utilização dos recursos naturais, que são essenciais à vida humana e dos seres vivos.

Para que isso ocorra, é necessário haver inter-relacionamento entre justiça social, qualidade de vida e equilíbrio ambiental e ruptura com o padrão de desenvolvimento presente na sociedade (Jacobi, 2003). O desenvolvimento sustentável é baseado no tripé desenvolvimento econômico, ambiental e social (Veiga, 2006).

Na busca por esse ideal, é necessário que toda a sociedade esteja envolvida e cons-

cientizada para essa causa. Além do Estado, das empresas privadas e das organizações do terceiro setor, o próprio indivíduo deve estar consciente de seu papel em busca do desenvolvimento sustentável.

Para Zollo e Winter (2002), as ações de sustentabilidade são como um caminho de aprendizado deliberado, que leva as organizações ao desenvolvimento de capacidades dinâmicas, que lhes permite sobreviver em seus ambientes competitivos.

A sustentabilidade nas organizações consiste em assegurar o sucesso do negócio em longo prazo e ao mesmo tempo contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da comunidade. É, portanto, entendida como a ponderação econômica, ambiental e social dos objetivos empresariais, vinculando-a à eficiência e à eficácia organizacional (Jabour & Santos, 2006).

Diante desse cenário, surgem diversos modelos teóricos que fornecem algumas alternativas às organizações, como propostas de implementação de ações e modelos de gestão que permitam o desenvolvimento sustentável.

Curado (2003) reflete que as organizações devem ter compromisso social com seu entorno, e os fatores sociais precisam merecer atenção das políticas organizacionais em todos os níveis institucionais. Para a autora, as empresas devem atuar mediante três abordagens: (1) responsabilidade legal, respondendo à legislação; (2) responsabilidade social (imagem/negócio/cidadania): focar no marketing social para o ambiente externo ampliando sua imagem e na estratégia social tanto para o público interno quanto para

o externo, melhorando seu negócio, além de atuar em projetos sociais para mostrar seu lado cidadão; (3) compromisso social: comprometer-se ideologicamente a uma causa, propiciando transformação social.

Na visão de Andrade, Alves e Campanhol (2004), as organizações fazem parte de um todo, em que suas relações com o meio ambiente e com os *stakeholders* devem ser integradas, a fim de produzir respostas positivas tanto para elas próprias quanto para seu entorno. Em outras palavras, a partir de exigências, como respeitar a legislação, usar tecnologias limpas e renováveis, as organizações se veem envoltas em ações, cuja abordagem estratégica deve se atentar para relações positivas com o meio ambiente e seus *stakeholders* (Backer, 2002, & Donarie, 1999).

Nesse sentido, Rohrich e Cunha (2004) apostam numa taxonomia para caracterizar três grandes grupos de instituições: (1) aquelas preocupadas com o controle e caracterizadas por não apresentar autoridade formal para todas as situações ambientais, realizando poucas pesquisas em relação à opinião da comunidade; (2) aquelas focadas na prevenção, caracterizadas pelas pesquisas de opinião e divulgação de práticas ambientais, sendo menos exigentes quanto aos fornecedores, e com menor influência no processo de decisão de compra dos clientes; (3) as proativas, que contam com o maior escore quanto aos fatores de prevenção para a comunidade, do crescimento e da cadeia de prevenção.

Seguindo essa mesma lógica, Banerjee (1998) descreve as principais características que diferenciam a gestão proativa da reativa

no campo socioambiental. Na abordagem proativa, a integração da variável ambiental nos objetivos de longo prazo da organização é o foco estratégico, enquanto na abordagem reativa a visão de curto prazo impera, e o controle da emissão prepondera sobre o controle da prevenção.

Em âmbito nacional, Barbieri (2004), focado na noção de gestão ambiental, afirma que ela deve estar interligada às ações das organizações e aos processos administrativos e enxergada como valor disseminado dentro e fora delas. Assim sendo, as organizações atuam de três formas diferentes: (1) controle da poluição, em que a legislação é respeitada, mas há a preocupação de manter os níveis de produção; (2) prevenção da poluição, em que o foco está em novas formas de produção sem agredir o meio ambiente; (3) ações estratégicas para o problema, em que a empresa previne e controla toda a cadeia produtiva, visando a oportunidades mercadológicas, antes mesmo que a produção ocorra, o que exige certa transformação na gestão empresarial como um todo.

A gestão socioambiental não é característica de um tipo específico de organização ou setor da economia. Identifica-se esse modelo tanto nas organizações públicas quanto nas privadas ou no terceiro setor. A gestão socioambiental é condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável. Portanto, quaisquer organizações que tenham como projeto sua contribuição para a sustentabilidade do planeta devem optar por modelos de gestão que englobem o tripé: econômico, social e ambiental.

5 Aspectos metodológicos

A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, de caráter descritivo, cujo método de procedimento escolhido foi o estudo de caso. O objetivo é discutir a economia solidária e a gestão socioambiental para o desenvolvimento sustentável de uma ONG do Terceiro Setor e seu entorno. Os dados foram coletados com base em fonte documental, mídia impressa, arquivos e web site, complementando-se a partir de entrevista semiestruturada com Luciana Balbino, atual presidente e uma das gestoras fundadoras da organização pesquisada.

Optou-se por realizar um estudo de caso único em uma entidade filantrópica, que proporciona geração de emprego e renda para a comunidade Chã de Jardim – Adesco –, pois, em sua filosofia, a ideia de assistencialismo não existe. Muito pelo contrário, a organização vislumbra a oportunidade de contribuir para a transformação da realidade social na comunidade em que atua. Está localizada na região de Areia, no Brejo paraibano, mesorregião do Agreste paraibano, considerado um verdadeiro achado em meio às dificuldades do clima semiárido nordestino (Lima & Mello, 2009).

O Brejo paraibano é uma localidade na qual iniciativas de trabalho humano e solidariedade estão inseridos em propostas e processos produtivos que engendram mudanças significativas na região, fundamentados em cooperação coletiva. Ademais a evolução histórica da região que proporcionou novas mudanças e reconfigurações do espaço agrário, o Brejo paraibano “é um espaço em movimento, isto é, trata-se de um espaço socialmente produzido que se encontra em processo constante de transformação” (Lima & Mello, 2009, p.12).

A opção pelo estudo de caso, apesar da pesquisa restrita, tem como objetivo apresentar a história e as ações desenvolvidas pela comunidade Chã de Jardim por meio da Adesco, o que, pelo seu exemplo, pode contribuir para pesquisas futuras na área. Isso porque, conforme Lima e Mello (2009), o Brejo paraibano é composto por oito municípios: Areia, Alagoa Grande, Alagoa Nova, Borborema, Bananeiras, Matinhas, Pilões e Serraria. Todos eles, historicamente, têm dependência direta ou indireta da indústria sucroalcooleira, ou seja, produção de cana-de-açúcar.

A comunidade Chã de Jardim, localizada a 7 km de Areia (PB), destaca-se pela exploração do turismo rural sustentável e vem se despontando como exemplo para profissionais do turismo de todo o país. Assim sendo, o estudo de caso, como análise, é utilizado como padrão científico já estruturado e onde se pode fazer referência, como complemento, à pesquisa bibliográfica já realizada (Santos, 2002); além disso, proporciona caráter de profundidade e detalhamento acerca do objeto de estudo (Yin, 2001, & Gil, 2002).

A organização de economia solidária Adesco e a comunidade Chã de Jardim, dessa maneira, foram escolhidas por fatores como relevância social, finalidade e credibilidade. Com relação à relevância social, a Adesco, associação filantrópica, preocupada com a região, desenvolveu a reativação de uma fábrica de polpa de frutas (sem agrotóxico), beneficia com emprego e renda pequenos produtores da comunidade, proporciona renda a mulheres que produzem artesanato utilizando palha seca de bananeira e serve merenda nas escolas do município, além de

abrigar um restaurante de comida caseira – Vó Maria. Essas iniciativas são coroadas com projetos de turismo rural sustentável, preservando o meio ambiente e as tradições culturais.

Os dados obtidos foram avaliados pela técnica de análise de conteúdo, em que há a interpretação de comunicações, por procedimentos “sistemáticos ou não”, e a comparação e intercepção do conhecimento relativo às mensagens obtidas (Bardin, 1977).

As principais restrições ao método adotado nesta pesquisa – estudo de caso – estão associadas ao envolvimento de apenas uma organização, entre tantas do Terceiro Setor. Além disso, a análise com base em um único caso impossibilita a obtenção de conclusões que possam ser ampliadas ou generalizadas.

6 Apresentação e discussão de resultados

Na comunidade Chã de Jardim, localizada na divisa do município de Areia com a cidade de Remígio (PB), Brasil, vivem 200 famílias que, com seu trabalho, em conjunto com a preservação do meio ambiente, encontram um meio e uma oportunidade de conquistar independência financeira (Nascimento, 2007, & Van Til, 2009). Em outras palavras e conforme Razeto (2001), França Filho (2001, 2013), Campos (2010), Coelho e Godoy (2011), essas famílias, de maneira cooperativa, encontraram uma maneira de desenvolver sustentavelmente seus beneficiários num processo que gera emprego e renda.

A localidade conta com uma série de atividades que atraem o turismo, como, por

exemplo, a construção do primeiro teatro da Paraíba, além do clima ameno (entre 14 e 22°C). A região abriga cerca de 600 hectares de Mata Atlântica, o que propicia a prática de atividades de interação com o meio ambiente. Essa região também foi pioneira em receber o título de Patrimônio da Cultura Nacional e, atualmente, sabe explorar suas características positivas e os projetos desenvolvidos, objetivando beneficiar a comunidade Chã de Jardim e seu entorno.

A história do desenvolvimento da comunidade teve início em 2006, quando um grupo de 20 jovens fundou a Adesco – Associação para o Desenvolvimento da Comunidade de Chã de Jardim – com o propósito de estimular projetos com foco em economia solidária e desenvolvimento sustentável (Oliveira, 2008, & Silva, 2010).

Seguindo a proposta de Razeto (2001) e Andion (2005), o primeiro projeto da organização foi reabrir a fábrica de polpa de frutas fechada desde 1993, que poderia trazer emprego e renda aos moradores da comunidade. Com isso, na economia solidária, encontraram uma forma alternativa de desenvolver processos econômicos, com revestimento de relações pessoais e sociais para a contribuição do bem comum.

6.1 Polpa de Fruta Doce Jardim

A fábrica de polpa de fruta da comunidade Chã de Jardim, em atividade desde 2006, é um projeto que une o PED (processamento eletrônico de dados), da Prefeitura Municipal de Areia, e o CCA (Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal da Paraíba – UFPB). O projeto tem o propósito de inserir no mercado polpas de frutas forneci-

das pelos pequenos agricultores da região. Por meio da agricultura familiar e com a venda de frutas para a fábrica, dá-se uma nova fonte de renda, corroborando com os preceitos de Van Til (2009).

No processo operacional, cinco jovens trabalham de forma direta na fábrica e chegam a produzir 160 quilos de polpa por dia de diferentes sabores de fruta, como caju, cajá, abacaxi, acerola, manga, umbu-cajá e goiaba, priorizando frutas típicas da região. Atualmente, o preço do quilo da polpa é R\$ 5,00, vendida em pacotes de 100 gramas, que chegam a produzir até 5 litros de suco. Com a fábrica Doce Jardim, a Adesco passou a fornecer polpa de fruta, sem agrotóxicos e sem conservantes (Jacobi, 2003; Curado, 2003; Sachs, 2004), para pousadas, hotéis, lanchonetes, restaurantes e merenda escolar da comunidade e de seu entorno.

“Por conta de nossa fábrica de polpa de frutas, atingimos um público de Alagoa Grande, Juarez Távora e de Areia” (Balbino, 2014), todas as regiões localizadas no entorno da comunidade Chã de Jardim. Vale ressaltar que, com o auxílio da Emater (Empresa Técnica de Assistência e Extensão), do governo da Paraíba, as pessoas são orientadas a não fazer uso de agrotóxicos, estimulando a produção orgânica e familiar, conforme proposta de autores que propõem o equilíbrio na gestão socioambiental, enfatizando as relações com os *stakeholders* (Donarie, 1999; Backer, 2002; Andrade, Alves & Campanhol, (2004).

Segundo Balbino (2014) o grupo tem estimulado a conscientização das famílias agricultoras da região a fazer o replantio de mudas frutíferas. Ainda destacou que Emater,

Sebrae (Serviço Nacional de Apoio à Micro e Pequenas empresas) e Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) tiveram papel importante na consolidação do projeto. Tais parcerias visam construir e reconstruir espaços comuns, além de desenvolver políticas de relacionamento (Van Til, 2009).

6.2 Projeto Arte na Mão

Paralelamente à fábrica de polpa de frutas, um grupo de 12 mulheres fabrica artesanato, priorizando a palha seca da folha de bananeira, própria da região, sem agredir o meio ambiente (Sachs, 2004). Essa perspectiva de gestão vai de encontro ao que alguns autores denominaram gestão socioambiental, que visa a ter compromisso social com a comunidade, utilizando sistemas de produção com uma nova utilização de recursos que cumpre com a responsabilidade legal, social e ambiental (Jacobi, 2003; Sachs, 2004; Curado, 2003; Nascimento, 2007; Oliveira, 2009, & Van Til, 2009).

Balbino (2014) conta que, a princípio, os produtos não ofereciam atrativos, mas, com a parceria do Sebrae, foi feita uma remodelagem dos produtos, melhorando-os e refinando-os para atender ao público-alvo. Assim, as vendas aumentaram e hoje o projeto conta com grande variedade de produtos para comercialização, como bolsas, pastas, baú e descanso de panela, sendo vendidos em feiras e congressos de estados brasileiros.

Ao custo de R\$ 10,00, as bolsas são vendidas por até R\$ 50,00. Na visão de Luciana Balbino, presidente da Adesco, com o artesanato, as mulheres do projeto passaram a contar com renda, o que complementa o orçamento familiar e auxilia na manutenção do

estudo de seus filhos. “Antes, a maior parte das mulheres tinha como principal fonte de renda o Bolsa Família [...]. Mas aprenderam a depender de si mesmas ao apostarem na criatividade” (Balbino, 2014). Em outras palavras e sob a perspectiva de Oliveira (2008), Campos (2010), Coelho e Godoy (2011) e Monje-Reye (2011), a economia solidária encontra uma lacuna de trabalho em áreas onde o Estado e o mercado não conseguiram responder satisfatoriamente.

6.3 Turismo sustentável

Para efeito do estudo, ressalta-se que o município de Areia (Paraíba) é considerado Patrimônio Histórico e Cultural do Brasil, berço da cultura no Estado da Paraíba. Assim, as atividades criativas de produção da comunidade Chã de Jardim, associadas ao turismo sustentável, com o objetivo de preservar o meio ambiente, as culturas e tradições regionais, bem como os moradores e visitantes, vêm garantindo ótimos resultados aos projetos mantidos pela Adesco (Jabbour & Santos, 2006; Nascimento, 2007; Oliveira, 2009).

Importante considerar que a comunidade abriga o Parque da Mata do Pau Ferro, um dos últimos remanescentes da Mata Atlântica no Nordeste. As trilhas da reserva são ótimo motivo para a prática de atividades de entretenimento rural, como caminhadas e esportes ecológicos (Prefeitura Municipal de Areia, 2014). Balbino (2014) justifica que os percursos são de extrema beleza natural e propiciam lazer agregado à qualidade de vida que agradam os diversos perfis de turistas.

O turismo da região tem cunho educativo,

pois inclui o plantio de mudas de Pau Ferro. Outra atividade das caminhadas e dos passeios na região é o “Piquenique na Mata”, que é considerado mais um atrativo turístico e fonte de renda para moradores da comunidade. Assim, de acordo com Balbino (2014), depois da caminhada, um café tipicamente regional é servido para os ecoturistas em esteiras de palha de bananeira. “Preparamos tudo, levamos a comida e as esteiras. Os turistas não precisam se preocupar com nada. É só sentar, apreciar a paisagem e comer” (Balbino, 2014).

A entrevistada complementa que “há uma média de 800 visitantes por mês, sendo na grande maioria para fazer trilhas. Desse total, cerca de 200 são participantes do piquenique, que deve ser agendado um dia antes” (Balbino, 2014). Vale ressaltar que são nove roteiros, com guias preparados para atender ao turista, que deve seguir rigorosamente as recomendações.

A gestão do turismo sustentável presente na comunidade está de acordo com as organizações proativas, que, segundo Banerjee (1998), integram a questão ambiental com objetivos de longo prazo, como foco estratégico.

6.4 Restaurante Vó Maria

Uma das iniciativas mais atuais da Adesco, unindo os conceitos de economia solidária e gestão socioambiental, com o objetivo de desenvolver-se sustentavelmente, foi a criação e abertura do restaurante Vó Maria, tipicamente de comida caseira e regional, preparada com produtos orgânicos produzidos pela própria comunidade.

A decoração do restaurante é propiciada pelas artesãs do projeto Arte na Mão, com o propósito de divulgar o trabalho da palha seca de bananeira. No restaurante, o turista também se depara com o convite de uma oficina de artesanato. Como Balbino (2014) explica, “os visitantes vem, aprendem o ofício de tecer a palha da bananeira e levam consigo as peças produzidas por eles mesmos”.

As polpas de frutas beneficiadas pela fábrica Doce Jardim são oferecidas no cardápio do restaurante e também vendidas aos clientes e turista.

Aqui, oferecemos produtos de qualidade, tipicamente caseiros e da zona rural. Nosso cardápio privilegia produtos confeccionados por pessoas daqui mesmo, da comunidade. A matéria-prima vem também daqui. Então, a batata, as hortaliças, a galinha, fazemos questão de serem produtos orgânicos e produzidos aqui mesmo na comunidade e oferecidos aos excursionistas, visitantes, turistas e às pessoas que passam aqui, na rodovia PB 079 (Balbino, 2014).

Com esse projeto, Balbino (2014) acredita que seja um coroamento dos projetos da Adesco, uma vez que faz parte de uma agenda que privilegia o consumo natural e orgânico, bem como divulga as iniciativas da comunidade e incentiva o encadeamento produtivo com geração de emprego e renda, beneficiando o desenvolvimento da comunidade Chã de Jardim.

Tais resultados têm o suporte de Andion (2005) e Coelho e Godoy (2011), que caracteriza os projetos com cunho de economia solidária, ligados a uma problemática exis-

tente, com capacidade de transformar uma realidade social. Com participação efetiva do coletivo, eles têm o propósito de buscar recursos de diferentes origens para dar sustentabilidade futura a empreendimentos.

6.5 Projeto mais recente e perspectivas futuras

Mais um fruto das atividades criativas de produção e que também está associado ao turismo rural se denomina Pôr do Sol de Maria, cujo propósito é estimular atividades culturais, especificamente a música.

Balbino (2014) esclarece que os turistas, ao pôr do sol, podem ouvir a música Ave-Maria cantada por uma jovem da comunidade. A decisão de envolver os jovens nos programas desenvolvidos na comunidade é estratégica, pois, além de melhorar a perspectiva de futuro deles, mostra-lhes que não há necessidade de sair do campo para a cidade. Assim, “eles sabem que dá para viver do que se produz” (Balbino, 2014).

O propósito desse projeto é levar entretenimento aos turistas, assim como incentivar a venda dos produtos, tipicamente regionais, produzidos pela comunidade Chã de Jardim.

A nossa comunidade tem a alegria de oferecer de forma direta, hoje, cerca de 30 empregos. Não são empregos no sentido da palavra porque nós trabalhamos de forma associada, então temos 30 cooperados [...]. De forma indireta, a gente fica feliz em saber que temos contribuído com o desenvolvimento de várias pessoas [...]. A comunidade Chã de Jardim, hoje, vive uma nova realidade, onde as pessoas se orgulham de morar aqui, tem esse sentimento

de pertença de que a comunidade é interessante e que tem trazido essa melhoria para a vida de todas essas pessoas (Balbino, 2014).

Os resultados dos projetos, cujo envolvimento também conta com o apoio de parcerias, como Sebrae, Emater e Sanar, são sentidos e visualizados ao longo da comunidade, sendo que a participação do gestor principal é essencial como forma de articulação política e econômica, a fim de priorizar o desenvolvimento local. Balbino (2014) reforça que na Adesco há 42 pessoas envolvidas de forma direta nos projetos de geração de emprego e renda para a comunidade Chã de Jardim e, de forma indireta, a entidade beneficia mais de 200 famílias.

Além disso, observou-se que a Adesco promove uma gestão socioambiental integrando justiça social, equilíbrio ambiental e qualidade de vida (Jacobi, 2003), num contínuo aprendizado deliberado (Zollo & Winter, 2002), sem jamais se esquecer do compromisso social com seu entorno (Curado, 2003).

7 Considerações finais

O propósito deste estudo foi discutir como uma comunidade, localizado no agreste paraibano, no interior do Brasil, com a utilização dos conceitos de economia solidária, consegue transformar a realidade local a partir de uma gestão socioambiental.

A Comunidade Chã de Jardim, situada no município de Areia, no agreste paraibano, foi o objeto desta pesquisa. Nela atua a Adesco, gerida principalmente por Luciana Balbino. Utilizou-se abordagem qualitativa

e, com base em pesquisa documental e entrevista semiestruturada com essa gestora, foi possível verificar o sucesso de ações que aliam economia solidária e desenvolvimento sustentável.

Conforme visualizado na comunidade estudada, a economia solidária é um movimento da comunidade, que se une de forma coletiva por meio de projetos autossustentáveis, priorizando a propriedade coletiva do capital e a tomada de decisão democrática. Observou-se que a Comunidade Chã de Jardim abriu espaço para os indivíduos que, em vez de buscar vantagens utilitaristas e materiais, priorizam a promoção de grupos e famílias envolvidos nos projetos, com foco na solidariedade e cooperação.

Sendo assim, por meio deste estudo, verificou-se que o Terceiro Setor se apresenta para a Comunidade Chã de Jardim como o contexto ideal, no qual conhecimento, técnicas e ferramentas que geram emprego e renda, próprios da economia solidária, proporcionam, fundamentados em uma gestão socioambiental, um campo propício para o desenvolvimento sustentável.

No Brasil, práticas semelhantes de organizações do Terceiro Setor atuam, principalmente, nas lacunas onde nem governo tampouco a iniciativa privada conseguem alcançar. Por esse motivo, o que as organizações como essa têm feito é transformar a realidade social de muitas comunidades, retirando as pessoas da vulnerabilidade social e inserindo-as num contexto de geração de emprego e renda.

É fundamental que o modelo de gestão contemple uma nova utilização de recursos, as-

suma um compromisso social com a comunidade circunda, contemple uma integração ambiental de longo prazo como foco estratégico e gere renda para a população. Portanto, a gestão socioambiental é condição para que os projetos de economia solidária sejam sustentáveis.

Embora o estudo de caso único seja uma limitação deste trabalho, acredita-se que os resultados aqui obtidos tenham grande validade para outras iniciativas do terceiro setor que trabalham com o propósito da economia solidária. Sugere-se que pesquisas futuras sejam feitas com o objetivo de identificar os fatores de sucesso de empreendimentos sociais sustentáveis e compará-las aos dados aqui apresentados.

Referências

- Alves, M. A. (2002). Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. Bahia. *Análise e Dados*. Salvador, SEI, junho, 12(1), 9-19.
- Andion, C. (2005). A gestão no campo da economia solidária: Particularidades e desafios. Rio de Janeiro: *Revista de Administração Contemporânea*, 9(1), 79-101.
- Andrade, P.; Alves, M. C. M., & Campanhol, E. M. (2004). Responsabilidade social e gestão ambiental: a fórmula do desenvolvimento sustentável. *Anais do 17o Congresso Latino Americano de Estratégias*. Itajaí (SC).
- Backer, P. (2002). *Gestão ambiental: A administração verde*. Rio de Janeiro: Qualitymark.
- Banerjee, S. B. (1998). *Corporate environmentalism*. Management learning. Sage Publications, Thousand Oaks, 29(1), 147-164.
- Barbieri, J. C. (2004). *Gestão ambiental: conceitos, modelos e instrumentos*. São Paulo: Saraiva.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Brasil, Ministério do Desenvolvimento Social. (2014). *Bolsa Família*. SAS/DAB – Coordenação Geral de Alimentação e Nutrição. Web site. Recuperado em 24 agosto, 2014, de <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>
- Calegare, M. G. A. (2005). *A transformação social no discurso de uma organização do Terceiro Setor*. Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, USP. São Paulo.
- Campos, J. L. M. (2010). La economía social ante los nuevos desafíos. In: Arufe, J. E. F., García, J. M. G., Ortega, A. R. (Coord.). *Estudios de economía social*. Valladolid: Universidad de Valladolid.
- Chã de Jardim em Movimento. (2014). *A comunidade rural de Chã de Jardim no município de Areia-PB destacando-se pelo mundo*. Web site. Recuperado em 7 agosto, 2014, de <http://marcello-alexandre.blogspot.com.br/2013/01/partimos-meu-esposo-e-eu-rumo-ao.html>
- Coelho, S. de C. T. (2002). *Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos* (2a ed.). São Paulo: Editora Senac.

Coelho, D. B., & Godoy, A. S. (2011). De catadores de rua a recicladores cooperados: um estudo de caso sobre empreendimentos solidários. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, (45)3, jun. Recuperado em 24 julho, 2015, de http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/IPM_96e51e95bd30009c39a35c07ed2bbb56

Coraggio, J. L. (2004). *La gente o el capital: desarrollo local y economia del trabajo*. Buenos Aires: Editorial Abya Yala.

Corrêa, M. L., & Pimenta, S. M. (2006). Terceiro Setor, Estado e cidadania: (re) construção de um espaço político? In: Corrêa, M. L.; Pimenta, S. M., & Saraiva, L. A. S. *Terceiro Setor: dilemas e polêmicas*. São Paulo: Saraiva.

Curado, I. B. Responsabilidade legal, responsabilidade social e compromisso social: uma questão de autoridade? *Anais do 27o Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, Brasília (DF).

Domènech, A. V. et. al. (1998). *La gestión de las organizaciones no lucrativas*. Bilbao: Ediciones Deusto SA.

Donaire, D. *Gestão ambiental na empresa*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.

Elkington, J. (2001). *Canibais com garfo e faca* (Patrícia Martins Ramalho, Trad.). São Paulo: Makron Books.

Fernandes, R. C. (1994). *Privado porém Público*. Rio de Janeiro: Relume-Dumara.

Fischer, R. M., & Falconer, A. P. (1998). Desafios da parceria governo e terceiro setor.

Revista de Administração. São Paulo, janeiro/março, (33)1, 12-19.

França-Filho, G. C. de. (2001). Novos arranjos organizacionais possíveis? – o fenômeno da economia solidária em questão (previsões e complementos). *O&S*, janeiro/abril, (8)20, 1-14.

Fernandes, R. C. (2013). A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cad. EBAPE*. BR. Rio de Janeiro, setembro/novembro, (11)3, 443-461. Recuperado em 1 agosto, 2015, de <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cader-nosebape/article/view/11653/10601>

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (4a ed.). São Paulo: Atlas.

Golin, C., & Salvatti, B. (2004). *Radio e sino: a hora do Angelus*. 2o Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis (SC).

Jabbour, C. J. C., & Santos, F. C. A. (2006). Evolução da gestão ambiental na empresa: uma taxonomia integrada à gestão da produção e de recursos humanos. *Gestão e Produção*, setembro/dezembro, (13)3, São Carlos, 435-448.

Jacobi, P. (2003). Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, março, (118), 189-205.

Lima, F. S. de, & Mello, F. da S. (2009). Espaço agrário e pequena produção no brejo paraibano: o caso da floricultura na comunidade avarzeado. 19o Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 1-21.

Monje-Reyes, P. (2011). Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en práctica. *Cad. EBAPE. BR*, Rio de Janeiro, setembro, (9)3, 704-723. Recuperado em 1 agosto, 2015, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512011000300003

Nascimento, L. F. (2007). *Quando a gestão social e a gestão ambiental se encontram*. 31o Enanpad, Rio de Janeiro, pp. 1-9.

Oliveira, L. C. de. (2008). *Economia solidária: uma abordagem exploratória*. 19o Enangrad, Curitiba (PR).

Oliveira, M. T. T. (2009). *Projetos brasileiros de aterro sanitário no mecanismo de desenvolvimento limpo: uma análise dos indicadores de sustentabilidade*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Gestão e Negócios. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG). Portal Areia. (2014). Espaço das artes, o espaço do artesão. Web site. Recuperado em 7 agosto, 2014, de www.cidadedeareiaonline.com.br

Prefeitura Municipal de Areia. (2014). *Pontos turísticos*. Web site. Recuperado em 7 agosto, 2014, de <http://areia.pb.gov.br/turismo/pontos-turisticos.php>.

Razeto, L. (2001). Economia de solidariedade e organização popular. In Gadotti, M., & Gutiérrez, F. *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez.

Rodrigues, M. C. P. (1997). Terceiro Setor: para que serve? *Conjuntura Econômica*, janeiro, pp. 41-45.

Rohrich, S. S., & Cunha, J. C. (2004). A pro-

posição de uma taxonomia para análise da Gestão Ambiental no Brasil. *RAC – Revista de Administração Contemporânea*, 8(4), 81-97.

Sachs, I. (2004). *Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond.

Salamon, L. (1998). A emergência do Terceiro Setor – uma revolução associativa global. *Revista de Administração*. São Paulo, janeiro/março, (33)1, 5-11.

Santos, A. R. dos. (2002). *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. (5a ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

Silva, C. E. G. (2010). Gestão, legislação e fontes de recursos no terceiro setor brasileiro: uma perspectiva histórica. *Revista de Administração Pública (RAP)*, Rio de Janeiro, novembro/dezembro, (44)6, 1301-1325.

Silva, M. E. da, Correa, A. P. M., Costa, A. C. V. da.; Albuquerque, A. E. C., & Almeida, J. A. J. de. (2011). *Definindo o Perfil de Consumo Consciente da população recifense: a identificação do papel do indivíduo por meio de suas atitudes e comportamentos*. 31o Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Belo Horizonte.

Singer, P. (2002). *Introdução a economia solidária*. (1a ed.). São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

Teixeira, R. de F. (2004). Discutindo o terceiro setor sob o enfoque de concepções tradicionais e inovadoras de administração. *CADERNOS DE PESQUISAS EM ADMINISTRAÇÃO*. São Paulo, janeiro/março, (11)1, 1-15.

- Van Til, J. (2009). A paradigm shift in Third Sector Theory and Practice: refreshing the wellsprings of democratic capacity. *American Behavioral Scientist*, Sage Publications, march, (52)7, 1069-1081.
- Veiga, J. E. (2006). *Meio Ambiente & Desenvolvimento*. São Paulo: Senac.
- Yin, R. K. (2001). *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Zollo, M., & Winter, S. (2002). Deliberate learning and the evolution of dynamic capabilities. *Organization science*, (13)3, 339-351.